

CONVÊNIO

PROCESSO ADMINISTRATIVO E-DOCS: 2024-K16VW
CONVENIO 004/2024.

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDORISMO - ADERES E O CONSORCIO PUBLICO PROD NORTE, TENDO POR OBJETO A PROMOÇÃO DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS DA REGIÃO DOS CAMINHOS DO CAFÉ, PEDRAS E CACHOEIRAS, ATRAVÉS DA PARTICIPAÇÃO NA FEIRA DOS MUNICÍPIOS 2024.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da **AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDORISMO - ADERES** pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.683.866/0001-07, com sede na Avenida Nossa Senhora da Penha, nº 714, 5º andar. Ed.RS Trade Tower, Praia do Canto, Vitória – ES doravante denominado **CONCEDENTE**, neste ato representado pelo Diretor Geral Sr. **ALBERTO FARIAS GAVINI FILHO**, nomeado pelo Decreto nº 261-S, de 01 de janeiro de 2019, publicada no DIO de 02 de janeiro de 2019, brasileiro, casado, portador da Matrícula Funcional nº 3198863 e o **CONSORCIO PUBLICO PROD NORTE**, inscrito no CNPJ / MF sob o nº 10.820.775/0001-67, com sede na Av. Agenor Luiz Heringer, nº 630, Centro, Pinheiros/ES, doravante denominado **CONVENIENTE**, neste ato representado pelo Sr. **ANDRÉ DOS SANTOS SAMPAIO**, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000; no Decreto Estadual nº. 2.737-R, de 19 de abril de 2011 e na Lei nº 11.107 de 06 de abril de 2005, resolvem celebrar o presente convênio, para execução do projeto que visa a promoção dos atrativos turísticos da região dos Caminhos do Café, Pedras e Cachoeiras, através da participação na FEIRA DOS MUNICÍPIOS 2024, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1- O presente convênio tem por objeto a promoção dos atrativos turísticos da região dos Caminhos do Café, Pedras e Cachoeiras, através da participação na FEIRA DOS MUNICÍPIOS 2024, conforme plano de trabalho especialmente elaborado que faz parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - Para a consecução do objeto expresso na cláusula primeira, compete:

2.1.1 – AO CONCEDENTE:

- a) transferir os recursos financeiros previstos no plano de trabalho, observados as parcelas e a periodicidade contidas no cronograma de desembolso;
- b) apoiar os procedimentos técnicos e operacionais necessários para a execução do objeto, prestando assistência ao CONVENIENTE;
- c) acompanhar, supervisionar, orientar e fiscalizar as ações relativas à execução deste convênio; e
- d) analisar e aprovar as prestações de contas dos recursos transferidos por força deste convênio.

2.1.2 – AO CONVENIENTE:

- a) executar as ações necessárias à consecução do objeto deste convênio;
- b) aplicar os recursos transferidos pelo CONCEDENTE exclusivamente na execução do objeto;
- c) apresentar ao CONCEDENTE, sempre que solicitado, relatórios técnicos e físico-financeiros das atividades;
- d) manter os recursos transferidos pelo CONCEDENTE em conta bancária individualizada e aberta em instituição financeira especial exclusivamente para esse fim;
- e) manter arquivo individualizado de toda documentação comprobatória das despesas realizadas em virtude deste convênio;
- f) registrar em sua contabilidade analítica, os atos e fatos administrativos de gestão dos recursos alocados por força deste convênio;
- g) observar e cumprir as regras da Lei Federal nº 14.133/2021;
- h) prestar contas, no SIGA, ao CONCEDENTE, na forma e no prazo previsto neste instrumento e no Decreto Estadual nº 2.737-R/2011, de todos os recursos que lhe forem transferidos, devolvendo aqueles não aplicados, inclusive da contrapartida em valor correspondente ao percentual executado do objeto;
- i) incluir regularmente no SIGA as informações e os documentos exigidos neste instrumento e no Decreto Estadual nº 2.737- R/2011, de forma a manter o sistema atualizado;
- j) disponibilizar, por meio da internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do convênio ou outro instrumento

utilizado, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado;

- k) restituir os recursos recebidos, nos casos previstos neste instrumento e no Decreto nº 2.737-R/2011.

2.1.2.1 - Os documentos de que trata a letra “e” deverão ser emitidos em nome do CONVENIENTE, citando o número do convênio, ficando à disposição dos órgãos de controle, coordenação e supervisão do Governo Estadual e, em especial, do CONCEDENTE, por um prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data da aprovação da prestação de contas final.

2.2 DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

2.2.1 Proteção de dados, coleta e tratamento. Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, as partes, seja o Município conveniente ou o terceiro contratado para a execução do objeto convênio, comprometem-se a envidar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”), no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis, nos termos das cláusulas adiante estabelecidas.

2.2.1.1 Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, o CONVENIENTE deverá observar, ao longo de toda a vigência do Convênio, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

2.2.1.2 Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, o CONVENIENTE deverá:

2.2.1.2.1 Notificar imediatamente o CONCEDENTE;

2.2.1.2.2 Auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento; e

2.2.1.2.3 Eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do requerimento do titular.

2.2.2 Necessidade. As partes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

2.2.2.1 As partes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para

o cumprimento deste Convênio e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

2.2.2.2 O CONVENIENTE deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações do CONCEDENTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

2.2.3 Proteção de dados e incidentes de segurança. Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a CONVENIENTE deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

2.2.3.1 A CONVENIENTE deverá notificar a CONCEDENTE imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a CONCEDENTE cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

2.2.3.2 As partes deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

2.2.4 **Transferência internacional.** É vedada a transferência de dados pessoais pela CONVENIENTE para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da CONCEDENTE, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo ao CONVENIENTE a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

2.2.5 **Responsabilidade.** O CONVENIENTE responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados o CONCEDENTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018, no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Convênio, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do CONCEDENTE em seu acompanhamento.

2.2.5.1 Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pelo CONCEDENTE, não exime o CONVENIENTE das obrigações decorrentes deste Convênio, permanecendo integralmente responsável perante o CONCEDENTE mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

2.2.5.2 O CONVENIENTE deve colocar à disposição da CONCEDENTE, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nestas cláusulas, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela CONCEDENTE ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

2.2.5.3 O CONVENENTE deve auxiliar o CONCEDENTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Convênio.

2.2.5.4 Se o CONCEDENTE constatar que dados pessoais foram utilizados pelo CONVENENTE para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste Convênio, o CONVENENTE será notificado para promover a cessação imediata desse uso, sem prejuízo da rescisão do Convênio e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causados.

2.2.6 **Eliminação.** Extinto o Convênio, independentemente do motivo, o CONVENENTE deverá em, até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais o CONCEDENTE ou eliminá-los, inclusive eventuais cópias, certificando o CONCEDENTE, por escrito, do cumprimento desta obrigação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente convênio é de **R\$85.020,00 (oitenta e cinco mil e vinte reais)**.

3.2 – CONCEDENTE transferirá ao CONVENENTE, para execução do presente convênio, recursos no valor de **R\$85.020,00 (oitenta e cinco mil e vinte reais)**, correndo a despesa à conta da dotação orçamentária 10.49.203.23.691.0035.2062, UG: 490203, Gestão: Aderes, conforme discriminação abaixo: Fonte: 2500, Natureza de Despesa: 335041 Contribuições.

3.3 - Em eventuais aditamentos, indicar-se-ão os créditos para cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro.

3.4 Quando, verificada qualquer das hipóteses descritas na alínea d do inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, o valor global inicialmente pactuado demonstrar-se insuficiente para a execução do objeto, e desde que observadas as disposições específicas da Cláusula Nona para alterações do presente convênio, poderão ser:

I - utilizados saldos de recursos ou rendimentos de aplicação financeira;

II - aportados novos recursos pelo concedente;

III - reduzidas as metas e as etapas, desde que isso não comprometa a fruição ou a funcionalidade do objeto pactuado.

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - O CONCEDENTE transferirá os recursos previstos na cláusula terceira em favor do CONVENENTE em conta bancária específica vinculada a este instrumento, aberta em instituição financeira oficial, preferencialmente do Estado do Espírito Santo, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, somente sendo permitido a realização de pagamentos das despesas previstas no Plano de Trabalho mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores

de serviços.

4.2 - Excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação pelo banco, poderá ser realizado uma única vez no decorrer da vigência do instrumento o pagamento a pessoa física que não possua conta bancária, observado o limite de R\$ 800,00 (oitocentos reais) por fornecedor ou prestador de serviço.

4.3 - Antes da realização de cada pagamento, o conveniente incluirá no SIGA, no mínimo, as seguintes informações:

- I - a destinação do recurso;
- II - o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso; III- o contrato a que se refere o pagamento realizado;
- IV - a meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento; e
- V - a comprovação do recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante inclusão no Sistema das notas fiscais ou documentos contábeis.

4.4 - Dados bancários para transferência e movimentação dos recursos. **Banco BANESTES, Agência: 130 conta: 3835245-6**, conforme extrato peça#51.

4.5 - Para recebimento de cada parcela dos recursos, o conveniente deverá:

- I - manter as mesmas condições para celebração de convênios exigidas no Decreto Estadual nº 2.737-R/2011;
- II - comprovar a aplicação da contrapartida pactuada que, se financeira, deverá ser depositada na conta bancária específica do instrumento;
- III- atender às exigências para contratação e pagamento previstas no Decreto Estadual nº 2.737-R/2011;
- IV - apresentar relatório de execução físico-financeira, comprovando a aplicação dos recursos recebidos, por meio do SIGA;
- V – aprovação, pelo concedente, por meio do SIGA, do relatório de execução físico-financeira referente à comprovação da aplicação dos recursos da última parcela liberada.

4.6 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do convênio ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente convênio vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até **04/10/2024**, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

5.2 – Sempre que necessário, mediante proposta do CONVENIENTE devidamente justificada, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente convênio.

5.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, o CONCEDENTE deverá, de ofício, promover a prorrogação do prazo de vigência do presente convênio, independentemente de proposta do CONVENIENTE, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

5.4 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do convênio ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

6.1 - O CONCEDENTE conservará a autoridade normativa e exercerá função gerencial fiscalizadora durante o período regulamentar da execução e prestação de contas deste convênio, ficando assegurado a seus agentes qualificados o poder discricionário de reorientar as ações e de acatar ou não justificativas com relação às eventuais disfunções havidas na sua execução, sem prejuízo da ação das unidades de controle interno e externo.

6.2 - O CONVENIENTE franqueará livre acesso aos servidores do CONCEDENTE e aos servidores do sistema de controle interno do CONCEDENTE, bem como do Tribunal de Contas do Estado – TCEES, aos processos, documentos, informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados por este instrumento e pelo Decreto Estadual nº 2.737-R/2011, assim como aos locais de execução do objeto.

6.3 - A execução física do objeto será acompanhada pelo CONCEDENTE, se necessário com visitas ao local da execução, por intermédio de Servidor especialmente designado e registrado no SIGA, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PROIBIÇÕES

7.1 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos pelo CONCEDENTE, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante do CONVENIENTE, para:

I - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de

pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas;

III - alterar o objeto do convênio, exceto no caso de ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto contratado;

IV - utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;

V - realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;

VI - realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto, no que se refere às multas, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo concedente, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

VII - transferir recursos para clubes, associações de servidores, entidades religiosas ou quaisquer entidades congêneres, exceto para creches, escolas para o atendimento pré-escolar e instituições de saúde;

VIII - realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho.

7.2 - Não será permitida, em nenhuma hipótese, a aplicação financeira de recursos recebidos por descentralização de crédito.

7.3 - É vedada a celebração de outros convênios com o mesmo objeto deste convênio, exceto ações complementares.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

8.1 A prestação de contas final deverá ser apresentada pelo CONVENIENTE no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados:

- I) - do encerramento da vigência ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro;
- II) - da denúncia; ou
- III) - da rescisão.

8.2 - A prestação de contas final instruída com os seguintes documentos:

- a) relatório de cumprimento do objeto;
- b) relatório da execução físico-financeira consolidado;
- c) demonstrativo da execução da receita e despesa, evidenciando os recursos recebidos

do concedente, a contrapartida aplicada pelo conveniente, os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso, e o saldo do convênio;

d) relação de pagamentos efetuados;

e) relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, e serviços prestados, quando for o caso, com recursos do presente convênio;

h) termo de compromisso por meio do qual o conveniente será obrigado a manter os documentos relacionados ao convênio, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto Estadual nº 2.737-R/2011;

8.1 - O concedente deverá registrar no SIGA o recebimento da prestação de contas.

8.2 - Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido no convênio, o concedente estabelecerá o prazo máximo de trinta dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

8.2.1 - Se, ao término do prazo estabelecido, o conveniente não apresentar a prestação de contas nem devolver os recursos nos termos do Item anterior, o concedente registrará a inadimplência no SIGA por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato a Autoridade Competente para fins de instauração de tomada de contas sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

8.3 - As prestações de contas serão analisadas pelo CONCEDENTE, ou pelo órgão ou entidade sucessora, que decidirá sobre a regularidade na aplicação dos recursos, de acordo com as regras e critérios previstos no Decreto Estadual nº 2.737-R/2011.

8.4 - A autoridade competente do concedente terá o prazo de noventa dias, contado da data do recebimento, para analisar a prestação de contas do instrumento, com fundamento nos pareceres técnico e financeiro expedidos pelas áreas competentes.

8.5 - O ato de aprovação da prestação de contas deverá ser registrado no SIGA, cabendo ao concedente apresentar declaração expressa de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação.

8.6 - Caso a prestação de contas não seja aprovada, inclusive pela não comprovação da aplicação da contrapartida ou dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro, exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, a autoridade competente, sob pena de responsabilização solidária, registrará o fato no SIGA e adotará as providências necessárias à instauração da Tomada de Contas, com posterior encaminhamento do processo ao grupo financeiro setorial ou unidade setorial equivalente a que estiver jurisdicionado para os devidos registros de sua competência.”

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 - O presente convênio poderá ser alterado mediante proposta a ser apresentada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data pretendida para sua implementação, alteração esta que deverá ser devidamente justificada e formalizada por meio de Termo Aditivo.

9.2 - Não é permitida a alteração da natureza do objeto do convênio.

9.3 - As alterações ao presente convênio, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Assessoria Jurídica da ADERES, ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 - É obrigatório o aditamento do instrumento convenial quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do convênio.

9.5 – No caso de alterações que gerem obrigações a serem implementadas exclusivamente por um dos partícipes do convênio, estas deverão ser formalizadas mediante termo de apostilamento, quando se fizer necessário:

I – alterar a classificação orçamentária da despesa referente ao valor do convênio;

II – substituir a conta corrente específica para movimentação dos recursos do convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO BLOQUEIO E DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

10.1 - A inadimplência por parte do CONVENIENTE ou o descumprimento das cláusulas do presente convenio autoriza o CONCEDENTE a bloquear recursos e a denunciar o convênio, bem como instaurar a competente Tomada de Contas.

10.2 comunicará ao CONVENIENTE (e ao interveniente, caso haja), quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, e suspenderá a liberação dos recursos, fixando prazo de até trinta dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser tal prazo prorrogado por igual período.

10.2.1 – Recebidos os esclarecimentos e informações solicitados, o CONCEDENTE disporá do prazo de dez dias para apreciá-los e decidir quanto a sua aceitação, sendo que a apreciação fora do prazo previsto não implica aceitação das justificativas apresentadas.

10.2.2 – Caso não haja a regularização no prazo previsto no caput, o CONCEDENTE realizará a apuração do dano e comunicará o fato ao CONVENIENTE para que seja ressarcido do respectivo valor, sob pena de instauração de tomada de contas.

10.3 - O CONVENIENTE se compromete a restituir os valores que lhe forem transferidos pelo CONCEDENTE, atualizados monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma aplicada aos débitos para com a Fazenda Pública Estadual, quando:

- a) não for executado o objeto da avença;
- b) não forem apresentadas, nos prazo exigido, as prestações de contas; e
- c) os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no convênio.

10.4 - O CONVENIENTE se compromete também a recolher à conta do CONCEDENTE, o valor correspondente aos rendimentos da aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto ainda que não tenha feito a aplicação.

10.5 - O CONVENIENTE fica obrigado a restituir eventual saldo de recursos, inclusive os provenientes de receitas obtidas em aplicações financeiras, no prazo estabelecido para apresentação da prestação de contas.

10.7 - O registro, no SIGA, da evolução da execução do objeto conforme o plano de trabalho é condição indispensável para sua eficácia e para a liberação das parcelas subsequentes do instrumento, conforme previsto no art. 3º do Decreto Estadual nº 2.737-R/2011.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

11.1 - O CONCEDENTE encaminhará o extrato deste convênio para publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS AÇÕES DE PUBLICIDADE

12.1 - Eventual publicidade de obras, aquisições, serviços ou de quaisquer outros atos executados em função deste convênio ou que com ele tenham relação, deverá ter caráter meramente informativo, nela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO

13.1 - O presente convênio extinguir-se-á pela conclusão de seu objeto ou pelo decurso de seu prazo de vigência, podendo ainda ser extinto por mútuo consenso.

13.2 - Qualquer dos partícipes poderá denunciar o presente convênio, a qualquer tempo, ficando, os partícipes, responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

13.3 - Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes recebidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das

aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de trinta dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.

13.4 - Constituem motivo para rescisão do convênio:

- I) o inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas.
- II) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado;
- III) verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas;
- IV) não aprovação do projeto executivo ou apresentação fora do prazo estabelecido, quando for o caso;

13.5 Nas hipóteses de denúncia ou de rescisão do convênio, o conveniente deverá:

13.5.1 - devolver os saldos remanescentes no prazo de trinta dias, inclusive aqueles provenientes de rendimentos de aplicações no mercado financeiro; e

13.5.2 apresentar a prestação de contas no prazo de sessenta dias.

13.6 O prazo para cumprimento do disposto no item 13.5 será contado a partir da data de publicação do ato de denúncia ou de rescisão.

13.7 O não cumprimento do disposto no item 13.5 ensejará a instauração da tomada de contas especial.

13.8 - A rescisão do convênio, quando resulte dano ao erário, sempre ensejará a instauração de tomada de contas.

13.9 - O presente convênio será também extinto pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA CONTINUIDADE

14.1 - Na hipótese de paralisação ou ocorrência de outro fato relevante, fica facultado ao CONCEDENTE assumir ou transferir a execução do objeto deste convênio, de modo a evitar a descontinuidade da execução das ações pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS BENS ADQUIRIDOS, PRODUZIDOS E CONSTRUÍDOS

15.1 - Os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste convênio serão de propriedade do CONVENIENTE, respeitado o disposto na legislação pertinente.

15.2 - A utilização dos bens adquiridos e construídos com os recursos estaduais oriundos

deste Convênio estará afetada aos seus objetivos mesmo após o fim do seu prazo de vigência, aceitando o Conveniente a condição de ressarcir integralmente o Concedente na hipótese de desvio de finalidade ou de perecimento culposo, sob pena de inscrição no CADIN/ES e execução judicial.

15.2.1 - O ressarcimento se dará em pecúnia, considerando os recursos aportados pelo Concedente para a execução do Convênio, devidamente atualizado. O Conveniente não responderá pelo perecimento desses bens na ausência de culpa, em especial em razão de sua deterioração natural ou por força maior.

15.2.2 - No caso de perda da utilidade dos bens, como por desgaste natural, superação tecnológica ou dificuldade de restauração, caberá ao Conveniente decidir formalmente por sua destinação, arquivando a justificativa, devendo eventual recurso obtido com seu desfazimento ser revertido às finalidades sociais do Conveniente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - Havendo celebração de contratos entre o CONVENIENTE e terceiros, visando à execução de serviços vinculados ao objeto deste convênio, tal contratação não acarretará responsabilidade solidária ou subsidiária do CONCEDENTE pelas obrigações trabalhistas ou fiscais, assim como não existirá vínculo funcional ou empregatício entre os terceiros e o CONCEDENTE.

16.2 – Obrigatoriamente, haverá redução do quantitativo até a etapa que apresente funcionalidade, no caso de cancelamento de restos a pagar.

16.3 - Caso os recursos transferidos pelo CONCEDENTE por este convênio sejam objeto de nova descentralização ou transferência necessária à execução do plano de trabalho, tais transferências se subordinarão às mesmas condições e exigências deste convênio e da Decreto Estadual nº 2.737-R/2011.

16.4 - As disposições deste convênio serão interpretadas e aplicadas conjuntamente com o que disposto no Decreto Estadual nº 2.737-R/2011 e nas demais legislações de regência.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1 - Fica eleito o foro de Vitória - Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir dúvidas decorrentes do presente convênio.

17.2 - Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, as partes deverão buscar solução administrativa, com a participação da Assessoria Jurídica da ADERES, por intermédio de um ou mais meios de solução consensual de conflitos previstos na Lei Complementar Estadual nº 1.011/2022.

E, por estarem de acordo, assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.



Vitória/ES, 03 de junho de 2024.

ALBERTO FARIAS GAVINI FILHO
DIRETOR GERAL - ADERES

ANDRÉ DOS SANTOS SAMPAIO
CONSORCIO PUBLICO PROD NORTE

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

ALBERTO FARIAS GAVINI FILHO
DIRETOR-GERAL
ADERES - ADERES - GOVES
assinado em 03/06/2024 11:01:56 -03:00

ANDRE DOS SANTOS SAMPAIO
CIDADÃO
assinado em 03/06/2024 11:30:53 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 03/06/2024 11:30:53 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por LARISSA ANTONIO SANTIAGO (ASSESSOR ESPECIAL NÍVEL IV AD-06 - ADERES - ADERES - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-314PM6>

ANEXO I

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

1.1 DA ENTIDADE			
Nome da Entidade CONSÓRCIO PÚBLICO PROD NORTE			
CNPJ: 10.820.775/0001-67			
Endereço Av. Agenor Luiz Heringer, 630, Centro			
Cidade Pinheiros	UF ES	CEP 29.980-000	
DDD 27	Telefone 99972 2631	Celular 73 99975 7878	
E-mail: administracao@prod norte.es.gov.br			
Site: http://www.prod norte.es.gov.br/			
Forma de organização <input checked="" type="checkbox"/> entidade privada sem fins lucrativos <input type="checkbox"/> sociedades cooperativas <input type="checkbox"/> organizações religiosas			
1.2 DADOS BANCÁRIOS			
Banco 021 – BANESTES	Agência 130	Conta Corrente 3.722.074-6	Praça de Pagamento PINHEIROS/ES
1.3 DO RESPONSÁVEL PELA ENTIDADE			
Nome completo ANDRE DOS SANTOS SAMPAIO			
CPF 088.874.567-20		RG/Órgão Expedidor 1.557.539 SSP/ES	
Endereço Rua Deivid da Silva, 49, Alcebiades			
Cidade/Estado Montanha	UF ES	CEP 29.890-000	
E-mail administracao@prod norte.es.gov.br	Telefone	Celular 27 99937-2002	
Cargo PINHEIROS	Eleito em: 01/01/2021	Vencimento do Mandato: 31/12/2023	
1.4 DA DIRETORIA			
Nome completo		Cargo	
André Santos Sampaio		Presidente	
Walyson Santos Vasconcelos		Vice-Presidente	
Atanael Passos Wagmacker		Secretário-Geral	



1.5 DO CORPO TÉCNICO	
Nome completo	Cargo
Marcelo de Oliveira Almeida	Secretário-Executivo
1.6 DO CONSELHO FISCAL	
Nome completo	Cargo
Valdecir Gonçalves Alves	Presidente
Jedeias José dos Santos Júnior	Vice-Presidente
Tainara Cezana Righette	Secretária
Maxsuel Novaes Oliveira	Membro
Graciele Gonçalves Passos de Oliveira	Membro
1.7 DA RESPONSÁVEL PELA PARCERIA	
CÍCERO MARCIO DANTAS DE OLIVEIRA	
Telefone	Celular 73 99975-7878
E-mail ciceroreporte@gmail.com	
CPF 972.771.005-06	RG/Órgão Expedidor 5.273.195/.20 SSP/BA
Cargo: Gerente de Área / Turismo Sustentável	
Formação Profissional: PÓS GRADUADO GESTÃO PÚBLICA, TURISMO E HOTELARIA	

ANEXO II
PROJETO E PLANO DE TRABALHO
LEI13.019/2014

A - DA ENTIDADE			
I – CONSÓRCIO PÚBLICO PROD NORTE			
CNPJ: 10.820.775/0001-67			
Av. Agenor Luiz Heringer, 630, Centro			
Cidade Pinheiros		UF ES	CEP 29.980-000
DDD 27	Telefone 73 99975 7878		Celular 99972 2631
E-mail: administracao@prodnorte.es.gov.br			
Site: : http://www.prodnorte.es.gov.br/			
B – PROJETO			
Título do projeto:		Caminhos do Café, Pedras e Cachoeiras – Feira dos Municípios	
I - PERÍODO DE EXECUÇÃO			
Início	Abril/2024		Término Junho/2024
II - APRESENTAÇÃO DO PROJETO			
<p>O presente projeto visa a organização para a participação da região Caminhos do Café, Pedras e Cachoeiras na feira dos municípios que ocorrerá de 6 a 9 de junho de 2024, tendo como meta a presença dos 08 municípios inseridos na região. A participação na Feira dos Municípios é uma oportunidade de divulgar e promover a cadeia produtiva do turismo regional, além de consolidar o destino como um dos principais do ES.</p>			
III – DIAGNÓSTICO DA REALIDADE			
<p>A Região Turística Caminhos do Café, Pedras e Cachoeiras está localizada no noroeste do estado e engloba oito municípios: Barra de São Francisco, Ecoporanga, Água Doce do Norte, Vila Pavão, Nova Venécia, Boa Esperança, São Gabriel da Palha e Vila Valério.</p>			



Essa região é conhecida por suas paisagens montanhosas é o cenário ideal para prática de esportes e aventura, agroturismo, turismo cultural e turismo religioso. Nela, localiza-se a mais alta torre de igreja da América Latina, uma das cachoerias mais altas do estado, com 70 metros de queda, além de ter o município com o maior numero de descendentes de imigrantses pomeranos. A região também é sede do maior evento de intgração etnico cultural da regio sudeste do Brasil, além de ser berço da maior cooperativa cafeeira do Brasil.

A região é acesso direto do sul de Minas e de Brasília rumo ao litoral norte capixaba.

IV – JUSTIFICATIVA

O novo viajante pós-covid fortaleceu a tendencia do turismo de experiência, a busca de experiências, momentos memoráveis, que promove resgates ora vivenciados na infância, ou simplesmente, se conectar com as pessoas inseridas no destino. Esse viajante é curioso, ele quer saber do cotidiano, conhecer a história, vivenciar a cultura etc.entendendo essas novas tendencias, é fato a necessidade de aprimorar as experiências ofertadas, como oportunizar o acesso ao mercado e uma das formas é por meio da promoção, através da participação em feiras e eventos que valorizam a diversidade de atrativos da região.

V – OBJETIVOS

Objetivo Geral

- Promover os atrativos turísticos da região das Caminhos do Café, Pedras e Cachoerias através da participação em feiras e eventos;

Objetivos Específicos

- Promoção turística: Apresentar o noroeste capixaba como um destino turístico atraente, mostrando suas paisagens, atrativos naturais, atividades ao ar livre, trilhas, cachoeiras e demais opções de lazer;
- Divulgação cultural: Destacar a rica cultura local da região, evidenciando as tradições, culináriatípica, festivais, artesanato e manifestações culturais da região;
- Networking e parcerias: Estabelecer contatos e parcerias com outras instituições, empresas e organizações presentes na feira, visando fortalecer a promoção turística e desenvolvimento da região;
- Promoção de eventos e atividades locais: Divulgar eventos e atividades específicas que ocorrem na região, como festivais culturais, festas tradicionais, competições esportivas, entre outros, com o objetivo deatrair visitantes e turistas interessados nessas experiências;
- Marketing e promoção digital: Utilizar a participação na feira dos municípios como uma oportunidade para impulsionar a presença online da região, por meio de estratégias de marketing digital, redes sociais, criação de conteúdo e interação com o público.

VI – PÚBLICO BENEFICIÁRIO

O público diretamente beneficiado é formado por empreendimento dos segmentos da agroindústria, agroturismo, produção rural e dos atrativos turísticos da Região Caminhos do Café, Pedras e Cachoeiras.

VII – ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Região Caminhos do Café, Pedras e Cachoeiras envonvendo 8 municípios.

PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

Os empreendimentos serão selecionados de acordo com o perfil de maior demanda atualmente na região.



ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS
Trade turístico, prefeituras, SETUR e SEBRAE.
VIII – RESULTADOS ESPERADOS
- Ter a participação dos 08 municípios da região.

DETALHAMENTO METODOLÓGICO				
Etapas	Objetivos Específicos	Ações	Metas	Resultados Esperados
1	Promoção turística	- Sensibilizar os 08 municípios, através das secretarias municipais	Ter a participação dos 08 municípios;	Apresentar a região como um destino turístico atraente, mostrando suas paisagens, atrativos naturais, atividades ao ar livre, trilhas, cachoeiras e demais opções de lazer.
2	Divulgação cultural:	- Identificar as 04 principais atrações culturais que representam a região;	- Apresentar as 04 etnias culturais mais forte da região;	Destacar a rica cultura local, evidenciando as tradições, culinária típica, festivais, artesanato e manifestações culturais da região.
3	Promoção de eventose atividades locais	- Identificar o público-alvo doevento;	- Organizar a promoção da oferta de acordocom o perfil do evento;	Estabelecer contatos e parcerias com outras instituições, empresas e organizações presentes na feira, visando fortalecer a promoção turística e desenvolvimento da região das montanhas capixabas.
4	Marketing e promoção digital:	- Criar mecanismosde fortalecimento da presença regional;	- Fortalecer a marca regionalcom o seu público alvo;	Divulgar eventos e atividades específicas que ocorrem na região, como festivais culturais, festas tradicionais, competições esportivas, entre outros, com oobjetivo de atrair visitantes e turistas interessados nessas experiências.



X- COMO SE DARÁ O PROCESSO DE AVALIAÇÃO?

A Entidade promoverá acompanhamento de todos os processos do projeto através de avaliações, relatórios, pesquisas, fotografias e vídeos.

MATRIZ DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Objetivo Específico	Indicadores quantitativos	Indicadores qualitativos	Fonte de Informação	Formas de coleta de dados	Responsável pela coleta	Periodicidade
Promoção turística	Relatório	Relatório	Relatório	Relatório com dados e fotografia;	Equipe técnica	Projeto
Divulgação cultural:	Relatório	Relatório	Relatório	Relatório com dados e fotografia;	Equipe técnica	Projeto
Promoção de eventos e atividades locais	Relatório	Relatório	Relatório	Relatório com dados e fotografia;	Equipe técnica	Projeto
Marketing e promoção digital:	Relatório	Relatório	Relatório	Relatório com dados e fotografia;	Equipe técnica	Projeto

XI – EQUIPE TÉCNICA

- Cícero Márcio Dantas de Oliveira – Gerente de Turismo PRODINORTE
- Vagner Gonçalves Nascimento – Consultor contratado para a região
- Libian Timm Paganoto Rossim – Gestora coordenadora da região



XII - ORÇAMENTO	
Orçamento total do Projeto	
Orçamento da parceira com a ADERES: R\$ 85.020,00 (oitenta e cinco mil reais e vinte centavos), que deverão ser desembolsados em parcela única.	
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DO REPASSE	
Mês de repasse	Total
Maio de 2024	R\$ 85.020,00

PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS (R\$)						
CUSTEIO / AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS						
Item	Descrição	Quant.	Estimativa de custos			
			Unidade medida	Valor unitário (r\$)	Valor mensal (r\$)	Valor acumulado (r\$)
1	Consultor	02/1	Mês	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 7.500,00



2	Diária consultor/coordenador	16	Unid.	R\$ 150,00	R\$ 1.200,00	R\$ 2.400,00
3	Ajuda de custo para decoração dos estandes	8	Unid.	R\$ 1.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00
4	Confecção de camisas para região	78	Unid.	R\$ 40,00	R\$ 3.120,00	R\$ 3.120,00
5	Aquisição de alimentação	200	Unid.	R\$ 20,00	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00
6	Staff (obs. 2 por município)	64	Diária	R\$ 250,00	R\$ 12.305,92	R\$ 16.000,00
7	Staff abordagem (obs. 2 por região)	8	Diária	R\$ 250,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
8	Custeio atrações culturais espaço da região	04	Unid.	R\$ 2.500,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
9	Custeio de atrações culturais palco	04	Unid.	R\$ 5.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
10	Fretamento de ônibus para atração cultural	02	Unid.	R\$ 6.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00
TOTAL						R\$ 85.020,00





DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro que o CONSÓRCIO PÚBLICO PROD NORTE está ciente e concorda com as disposições previstas neste Plano de Trabalho, na Lei Federal 13.019/2014 e que se responsabiliza, nas penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados.

Pinheiros , 04 de abril de 2024 de 2024

ANDRE DOS
SANTOS
SAMPAIO:0888745
6720

Assinado de forma digital
por ANDRE DOS SANTOS
SAMPAIO:08887456720
Dados: 2024.04.26
14:36:28 -03'00'

ANDRE DOS SANTOS SAMPAIO
Consórcio Público PROD NORTE

APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

Local e data



Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

ALBERTO FARIAS GAVINI FILHO
DIRETOR-GERAL
ADERES - ADERES - GOVES
assinado em 29/05/2024 17:49:04 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 29/05/2024 17:49:04 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por LARISSA ANTONIO SANTIAGO (ASSESSOR ESPECIAL NÍVEL IV AD-06 - ADERES - ADERES - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-MZ6NP5>